



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LANÇAMENTO DOS PROGRAMAS DE LOTES BENEFICIADOS E MUTIRÃO HABITACIONAL RURAL *

Palácio do Planalto
11 de maio

A melhor maneira de beneficiar o setor social é contar com a participação da comunidade, em vez de usar a máquina burocrática. Os Programas de Lotes Beneficiados e do Mutirão Habitacional Rural, que visam reduzir o déficit de moradias, recebem a colaboração ativa e democrática das comunidades neles interessadas.

10 de maio — 25 mil ferroviários da Central do Brasil entram em greve.

11 de maio — O Ministro Mailson da Nóbrega anuncia fórmula de reajuste do cruzado novo em relação ao dólar.

Antes de dizer algumas palavras sobre este programa, desejaria fazer um pequeno retrospecto sobre como o meu governo encarou o problema social.

Logo que assumi, tive presente uma pergunta para a qual eu não tinha resposta. Por que o Brasil, sendo a oitava economia do mundo, a sétima economia industrial, que hoje passou a ser, tinha indicadores sociais comparáveis

* Com improvisos.

aos países que, na escala mundial, estavam muito atrás do Brasil? Por que nós tínhamos indicadores sociais ao nível de alguns países da África e da Ásia, que há pouco estavam iniciando a aventura de suas independências?

Essa pergunta eu a coloquei no meu espírito. Chamei, àquela época, o insuspeito e grande sociólogo brasileiro que é Hélio Jaguaribe, para que ele, em profundidade, constituísse grupo de trabalho no Instituto que ele preside para analisar a questão social brasileira e as linhas mestras que nós tínhamos para enfrentá-lo.

Esse estudo foi financiado pela SEPLAN e resultou em livro que hoje é repetido no Brasil inteiro e é, até mesmo, uma fonte citada internacionalmente, e muitas vezes citada até contra o próprio governo.

Na realidade, o que se chegava à conclusão era a necessidade que temos, no Brasil, de maiores investimentos na área social; deveríamos chegar, até o fim do século, com cerca de 12% do PIB nacional investido na área social. Para isso, durante o período do meu governo, nós teríamos que aumentar os investimentos na área social em cerca de 1% ao ano. E devo dizer que, se essa meta não foi alcançada totalmente devido às nossas dificuldades, é verdade que nós já aumentamos mais de 2% do orçamento do Brasil do que tínhamos de investimentos, 2% do PIB nacional de investimentos na área social.

Outro grave problema que se nos deparava era como aplicar na área social. O exemplo brasileiro era muito gritante: a dificuldade de se aplicar na área social. Esses investimentos quase sempre não chegavam à ponta. Eles eram consumidos pela máquina burocrática que se montava para esses programas sociais. E, ao mesmo tempo, nós precisávamos criar instrumentos ágeis capazes dessa aplicação na área social mais alta.

Concebemos, então, que tínhamos disponível, à disposição desse trabalho, uma força fantástica que devia ser convocada para trabalhar na área social e que tornaria esses investimentos mais efetivos e, ao mesmo tempo, mais baratos e mais ágeis. Seria jogarmos, dentro do trabalho social, a força constituída pela comunidade. E aí concebe-

mos a idéia da Secretaria Especial de Ação Comunitária. E, através dela, nós iríamos conseguir que a sociedade liberasse suas forças para esse trabalho social.

O resultado é que hoje nós temos 46.000 associações de bairro, de moradores, religiosas, beneficentes, trabalhando no Brasil inteiro dentro da área social coordenada pela SEAC. Esta força liberada constitui cerca de 500.000 voluntários e, mais do que isso, uma base física onde há uma associação, há uma casa, uma sala, no mínimo e essa sala desenvolve outros programas sociais, congrega a sociedade, começa a dar a ela um espírito de solidariedade. Esse movimento tem também um significado importante sob o ponto de vista da liberdade e da estrutura da sociedade democrática. É que ela vai tomando consciência dos seus direitos, dos seus deveres, se organizando, se libertando e passando a ser realmente uma sociedade democrática, livre de tutelas.

Outro problema era, sem dúvida, libertarmos os programas sociais, para que não fossem instrumento e nem estivessem a serviço de nenhum partido e de nenhuma pessoa. E eles passaram a ter essa característica. A Secretaria Especial de Ação Comunitária, num trabalho envolvendo cerca de 500.000 pessoas nunca foi rotulada de um trabalho feito a favor de nenhum partido, nem a favor mesmo do governo ou do Presidente, de qualquer maneira ou de qualquer setor do governo. Nunca se pediu a nenhuma dessas associações que elas nos dessem atestado de ideologia.

Para dar um exemplo, só no Rio de Janeiro nós temos 4.000 sociedades trabalhando nos nossos programas sociais. Em São Paulo, temos 9.000. E todas elas não tratam só do Programa do Leite. Elas tratam de todos os outros programas que têm desenvolvido ao longo desses 4 anos.

Hoje, cerca de 7 milhões de crianças, diariamente, recebem um litro de leite. Isso foi possível porque nós desmontamos o programa burocrático e a sociedade se incorporou a esse programa. O custeio do programa do leite é hoje de cerca de 3% (ia dizer) mas me diz já o Dr. Nelson Proença que é de 2,5%, o que já melhora os nossos índices, porque antigamente era 2,9%.

Pois bem, esse programa de ação comunitária vem se desdobrando em numerosos outros programas e milhares e milhares de programas disseminados em todo o Brasil.

Ontem eu visitei o norte da Paraíba, o sertão semi-árido da Paraíba, um dos lugares mais pobres deste País, uma das áreas mais pobres desse nosso País. Lá nós encontramos o Programa do Leite das crianças. Lá nós encontramos o Programa das Creches. Sabem quantas creches a SEAC já construiu neste País, neste programa? 2.400. E a SEAC não tem estado sozinha. Ela tem trabalhado junto com a Legião, que é a maior agência de desenvolvimento social da América do Sul, que já construiu, durante o período do meu governo, mais de 3.000 creches em todo o Brasil.

Em Picuí, também ajudada pela comunidade, existe a escola agrícola. Quantas, nós já construímos no Brasil? Quando eu assumi o governo, tínhamos 17 escolas técnicas. Foram feitas ainda no tempo do Presidente Vargas. Nós construímos 200 dessas escolas. E construímos no interior do Brasil. Ontem, estávamos numa dessas escolas. E hospitais? Também inauguramos um desses hospitais construídos pela ação comunitária, em conjunto com a Legião Brasileira de Assistência para as pequenas populações.

Hoje, quando estamos aqui falando do problema habitacional, eu me lembro do que todos já se esqueceram: o que era o problema do BNH quando eu assumi o governo. Das passeatas que se realizavam no Brasil inteiro, dos conjuntos habitacionais, problema criado no tempo do BNH. O BNH, se tinha construído casas, aos mutuários deixou prestações impossíveis de pagar e, os que construíram os conjuntos, enriqueceram mais ainda. Então era isso o que acontecia com esses tipos de programas sociais. Eles enriqueciam os que os faziam e empobreciam aqueles que tinham de recebê-los.

Anonimamente, a questão social do Brasil foi encarada pelo governo, num tempo de escassez de recursos. Tivesse eu mais recursos, tivesse eu podido ter o apoio do País e dos partidos, e também dos países que são endividados, para resistir ao problema da dívida como eu resisti, nós teríamos mais recursos para investir na área social.

Porque o mais grave problema desse país, o problema que está no âmago, é realmente o problema das nossas disparidades.

Não podemos continuar sendo um país em que cada vez mais se concentre a riqueza na mão de uns poucos, e dos ricos, e se empobreça, cada vez mais, sem condições de dar aos mais pobres. Não falo da nova classe dos assalariados que hoje constitui aqueles que têm emprego, que podem disputar, que podem reivindicar, podem protestar. Eu falo desses 50 milhões de brasileiros que não têm carteira assinada, que vivem na maior pobreza, como tenho presenciado no interior do Brasil. E eles habitam e circundam as grandes cidades, sem ter voz para defendê-los. E quem os tem defendido, sobretudo, somos nós, através desses programas. Eu não vejo, naqueles que protestam, nenhuma ação destinada a esses brasileiros que estão aí marginalizados, nas favelas, no campo e que são objeto desses programas que, com tanto esforço, se tem procurado implantar neste País. E são obras que não têm placa, graças a Deus. Porque, em vez delas ficarem em letras, elas ficam definitivamente como um passo adiante na organização da sociedade brasileira.

Eu tenho absoluta certeza de que os historiadores do futuro, quando se debruçarem sobre esse período da nossa história, vão verificar que foi neste tempo, em que os ventos da liberdade puderam, através da implantação da democracia fazer inflexões no destino do nosso povo, que hoje começa apenas a engatinhar, que foram lançadas as sementes do futuro de sua verdadeira e definitiva libertação.

Eu falei tanto que o discurso ficará monótono. Mas, tenho alguns dados a dar aqui.

Com o lançamento do Programa dos Lotes Beneficiados e do Programa Nacional do Mutirão Habitacional Rural nós estamos pensando em reduzir o déficit de moradias.

A Secretaria Especial de Habitação é o instrumento de ação ágil para identificar essas carências. Este Programa de Lotes Beneficiados é uma iniciativa pioneira. Sua mecânica implica numa participação ativa e democrática, como eu me referi, das comunidades envolvidas em todo o processo

da construção das habitações. Só em 89 nós esperamos 400 mil lotes dotados de unidades sanitárias, beneficiando 2 milhões e 400 mil brasileiros, que hoje vivem em condições precárias de higiene e de conforto.

Quanto ao Mutirão Rural, prevê a construção de 100 mil residências ainda em 89, beneficiando cerca de 600 mil pessoas. Os números mencionados pelo Ministro do Interior, João Alves Filho, um déficit de 10 milhões de residências e a existência de 14 milhões e 500 mil famílias faveladas denunciam, sem dúvida, um quadro de carências que temos lutado por reverter desde o primeiro dia do meu governo.

Para atacar não somente o déficit habitacional, mas as causas estruturais da pobreza, existem nossos programas de apoio às populações carentes como o Programa de Mutirão que hoje inauguramos, orientados pela filosofia da participação responsável e efetiva dos municípios e das comunidades atendidas. No campo habitacional, como eu disse, nós superamos a política onerosa e ineficaz dos grandes conjuntos habitacionais que ensejavam a especulação e não atendiam às necessidades específicas das comunidades.

A proposta do mutirão tem dado mostras de sua validade com números bem eloqüentes. Basta comparar as 430 mil casas construídas pela SEAC, em 88, com cerca de 1 milhão e 100 mil casas construídas pelo sistema do BNH, em 19 anos. Sem falar que as habitações que hoje construímos são acessíveis justamente àquela legião de brasileiros situada na faixa da pobreza.

Jamais pude confundir a árvore com a floresta. Em meio a tudo isto eu vejo um Brasil que está sempre se renovando e sempre renascendo. «Belo como um sim numa sala negativa», dizia o nosso grande poeta João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*. Foi para essa criança que nasce todos os dias nas favelas e nas palafitas, nos mangues insalubres, nos sertões, foi para esses filhos do êxodo e do banimento que o meu olhar se voltou quando me vi responsável pela condução dos destinos nacionais. Porque não haverá destino algum para um País de cidadãos que não colhem em seus braços, não educam, não ali-

mentam e não amparam sua mais preciosa criação que é a infância.

A Secretaria Especial de Ação Comunitária surgiu dessas reflexões. O Programa Nacional do Leite, a que me referi, o Projeto Cresça Criança, em colaboração com a UNICEF, realizam um trabalho de acompanhamento do impacto dos programas sociais na saúde infantil e sobre as condições sanitárias do seu desenvolvimento. Conhecendo melhor essa realidade os órgãos públicos podem corrigir e aperfeiçoar suas intenções.

Este Programa Nacional de Mutirões Habitacionais lançado em 87, atende a população que enfrenta os maiores rigores do déficit habitacional, que são pessoas com renda inferior a 2 salários mínimos. Este programa já deu teto a quase 3 milhões e 700 mil desabrigados ou favelados e deve construir 3 milhões e 100 mil casas populares para abrigar 18 milhões de pessoas. As novas regras do Sistema Financeiro de Habitação que adotamos reduziram os juros para a habitação popular, ampliaram prazos de financiamento e possibilitaram a redução de prestações para mutuários de baixa renda.

Ao lado do poderoso motor de desenvolvimento que é a SEAC, a Legião Brasileira de Assistência desenvolve não menos vigorosa atuação no campo social. Com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, um desses programas foram atendidos, aproximadamente, 50 milhões de estudantes, além de quase 8 milhões de irmãos de alunos regulares. A merenda escolar atinge 95% das escolas da rede oficial. Em 84, eram servidas merendas em 140 dias por ano. Conseguimos aumentar esse número para 260 dias por ano, até o final de 88. O Programa de Creches Casulo propicia assistência a 2 milhões de crianças, de 3 meses a 6 anos. O Programa de Suplementação Alimentar, destinado a suprir necessidades nutricionais de gestantes, com menos de 3 anos, atendeu mais de 80% da população alvo, 11 milhões de pessoas. O Programa de Reabilitação Física e Mental, através da LBA, atendeu 142 mil idosos, além de 4 milhões de pessoas. O programa de Reabilitação de Conjuntos Habitacionais e de Favelas, criado com o objetivo de melhorar as condições da população de baixa renda, be-

neficiou 50 mil famílias em 280 municípios. Em 88 esse programa atendeu mais de 5 milhões de pessoas, através de reparos em moradias e construção de centros comunitários.

Foi implantado, também, o Sistema Unificado de saúde, o SUDS, através de convênio entre os Ministérios da Previdência, Saúde, Trabalho e Educação e as Secretarias Estaduais e municipais de Saúde.

O Governo Federal abdicou de diretamente interferir neste setor, passando todos os seus recursos para os Estados e alguns municípios para que eles, então, pudessem desenvolver os programas de saúde. Com apoio do INAMPS foram feitas, em meu governo, 312 milhões de atendimentos básicos, 260 milhões ambulatoriais, 55 milhões odontológicos, 8 milhões de internações, 11 milhões de exames de patologia clínica e mais de 12 milhões de outros exames e terapias especializadas.

No que se refere à área de educação, os investimentos realizados permitiram a criação, em todo o País, de 1 milhão e 300 mil vagas, a construção de 37 mil salas de aula, o treinamento de 15 mil professores, bem como a distribuição de 100 milhões de livros para o 1º grau. E todos devem estar lembrados que esse Programa do Livro Didático também foi feito durante o período do meu governo.

Quero expressar, nesta oportunidade, meu reconhecimento ao Ministro João Alves Filho, pelas sucessivas provas de dedicação e competência que vem dando à frente de uma área do governo particularmente complexa. Quero agradecer a ilustre presença, nesta solenidade, do Governador de Brasília, Joaquim Roriz, que soube conquistar a estima e a gratidão dos brasilienses, por sua postura democrática e por estar sempre atento e atuante no atendimento das grandes prioridades da Capital Federal. Foi a partir de uma conversa minha com o Governador Joaquim Roriz que partiu a idéia de iniciar esse programa, que já está implantado no Distrito Federal, com excelentes resultados. O Programa de Assentamento de Favelados está sendo desenvolvido desde fevereiro passado, dentro dos moldes previstos pelo programa Federal. São lotes semi-urbanizados de 125 m², como concessão de uso, o que impede a venda do

imóvel. Na localidade de Samambaia já foram instaladas 2.000 famílias oriundas das favelas de Boca da Mata e Vila Xavier, com índice total de aceitação.

O Governo do Distrito Federal vai atender um total de 15 mil favelados. Há previsão de atendimento, também, de cerca de 40 mil inquilinos de baixa renda ou de fundo de quintal, já cadastrados através da oferta de lotes em 8 cidades satélites. Creio que é o maior programa desta natureza em nosso País. Trata-se de uma experiência bem sucedida. E eu quero neste momento, também agradecer e ressaltar o trabalho do Dr. Nelson Proença que, desde o início da Secretaria Especial de Ação Comunitária, vem sendo um braço avançado de nossos programas sociais e trabalhando com competência, dedicação, grande espírito público e grande espírito de criatividade.

Minhas senhoras e meus senhores, como eu disse, em nenhum governo da história da República, se atingiu a cifra de 9% do PIB aplicado em programas sociais. O poder público abdicou de prerrogativas intervencionistas que inibiam a iniciativa privada e entravavam sua capacidade empreendedora.

Tenho a felicidade de governar um País democrático, onde já não mais perdura nenhuma restrição à liberdade e à livre expressão. Tenho procurado, em matéria de democracia, não pregar a democracia, mas dar o exemplo da democracia, sendo o primeiro democrata deste País.

Quando me debruço sobre minha vida pública, quando rememoro estes 4 anos de governo e quando reflito sobre o presente, lembro-me dos versos imortais de Cecília Meireles: «Que tempos medonhos chegam depois de tão dura prova. Quem saberá no futuro o que se aprova ou reprovava». Não é, pois, sensato, fundamentar disposições de Estado no julgamento de paixões. Ao contrário, é preciso ter em mente a dimensão histórica do futuro. E a sábia história dos povos me diz que a hora é uma hora de prudência e de paciência. E diz-me Eclesiastes que «há tempo de espalhar pedras e tempo de as ajuntar». Nesse momento, o Brasil está no tempo de ajuntar pedras para construir e não de espalhar temores e espalhar inquietudes. Reunir forças

formidáveis, como nos dá exemplo essas associações de voluntários reunidas no Brasil inteiro. Reunir as forças formidáveis deste grande povo, que não devem se exaurir em confrontos estéreis, em vez de construir o caminho da paz, o caminho da prosperidade que tanto reclama o povo brasileiro.